



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 27/26

FL N.º 182

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 22 DE SETEMBRO DE 2026

N.º 27/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Junqueira, conforme convocatória feita em conformidade com a deliberação tomada em reunião de 07/04/2026 e, ao abrigo da legislação aplicável, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029:-----

COM AS SEGUINTE PRESENCAS:

-Do CDS/PP: André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, o **vereador**, Sérgio Miguel dos Santos Soares, e a **vereadora** Mónica Pinto Seixas;

Do PPD/PSD, os vereadores, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

Do PS, o vereador Nelson da Silva Martins.-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

a) Ata da reunião ordinária de 25 de agosto de 2026;-----

b) Ata da reunião ordinária de 08 de setembro de 2026;-----

c) Ata da reunião extraordinária de 11 de setembro de 2026;-----

d) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2026.09.22

- 1 – Fornecimento de energia em regime de mercado livre em Portugal ao abrigo de Acordo Quadro (CNCM-AQ/105/2024) - Abertura de procedimento;-----
- 2 – Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 508 – Arões - Pedido de Transporte;-----
- 3 – Doação de chapéu panamá feita pela Colep Packaging no âmbito da educação pré-escolar, ano letivo 2026/2027;-----
- 4 – Aprovação da contratação do Empréstimo para Ampliação de Redes de Águas Residuais e Abastecimento de Água, bem como da respetiva minuta;-----
- 5 – Doações de várias peças ao Museu Municipal, efetuada por várias entidades;-
- 6 – Consolidação da Mobilidade na Categoria entre Órgãos ou Serviços – Bruno Manuel Almeida Cortes;-----
- 7 – Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra;-----
- 8 - Banco Solidário -Transferência de verbas;-----
- 9 – Informações diversas;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Reunião pública em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, aplicando-se o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo, tendo sido, de acordo com o n.º 3 do referido artigo, feita a publicitação por Edital no site do Município e Plataforma SAM, bem como, no placar dos Paços do Concelho e nas Juntas de Freguesia)-----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.

O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO:

Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Baltasar Almeida Lages e restantes membros ali presentes, pelo acolhimento e pela possibilidade de se concretizar mais uma reunião nesta freguesia descentralizada, e Informou que as próximas reuniões descentralizadas teriam lugar em horário pós-laboral, por forma a permitir que mais pessoas possam assistir. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----



a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE AGOSTO DE 2026:

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 25 de agosto de 2026, **por unanimidade dos cinco membros** que participaram na referida reunião. -----

Os vereadores Mafalda Sofia Soares Ferreira e Nelson da Silva Martins, ao abrigo do n.º 3, art.º 34.º do CPA, não votaram, por não terem estado presentes na referida reunião.-----

b) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE SETEMBRO DE 2026:

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 08 de setembro de 2026, **por unanimidade** dos cinco membros que participaram na referida reunião. -----

Os vereadores Miguel Aguiar Soares e Sérgio Soares, ao abrigo do n.º 3, art.º 34.º do CPA, não votaram, por não terem estado presentes na referida reunião.---

c) ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11 DE SETEMBRO DE 2026:

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião extraordinária de 11 de setembro de 2026, por unanimidade dos seis membros que participaram na referida reunião. -----

O vereador Sérgio Soares, ao abrigo do n.º 3, art.º 34.º do CPA, não votou, por não ter estado presente na referida reunião.-----

d) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

O vereador Sérgio Soares começou por se referir à descentralização das reuniões da Câmara Municipal, salientando a importância da proximidade às populações e do conhecimento das suas necessidades e problemas.-----

Deu nota da comemoração dos 35 anos da APDC – Associação de Promoção e Desenvolvimento de Castelões, destacando o seu contributo para a cultura e desenvolvimento do território.-----

2026.09.22

Felicitou a ADRIMAG pela realização do FESTIVAL PARTILHA+, enquanto iniciativa de promoção da diversidade cultural e inclusão, e disse ter estado presente no espetáculo de abertura da nova temporada, com Gisela João, realizado no CAE, convidando todos à participação na respetiva programação.-----

Referiu ainda, a realização das Festas de S. Miguel, no próximo fim de semana, deixando uma palavra de reconhecimento à Comissão de Festas, à população da freguesia e à Paróquia, pelo trabalho e empenho demonstrados na sua organização.-----

A vereadora Mónica Seixas deu nota da sua presença, juntamente com o Senhor Presidente, na Casa da Comunidade, associada ao Centro Escolar de Arões/Junqueira, destacando a iniciativa realizada no dia 8 de setembro, que reuniu os ateliers do projeto Saber e Arte, dinamizados em parceria com a ADRIMAG, salientando a importância daquele espaço, enquanto equipamento aberto à comunidade, às associações e às escolas.-----

Informou igualmente, que no dia 9 de setembro, os novos docentes do Agrupamento realizaram uma visita pelo concelho, com o objetivo de conhecer o património, os pontos de interesse turístico e as dificuldades de mobilidade sentidas pelos jovens residentes no interior.-----

Referiu ainda, a exposição patente no Centro Interpretativo da Serra da Freita, dedicada à valorização das aldeias das freguesias, cuja primeira edição incidiu sobre a Aldeia do Covo, com curadoria do Senhor Francisco Marques, a qual registou uma significativa adesão.-----

Relativamente ao Festival PARTILHA+, salientou tratar-se de uma iniciativa resultante de uma candidatura ao Portugal Social, em que o Município participou como parceiro, juntamente com a ADRIMAG, tendo como objetivo a integração das comunidades migrantes.-----



2026.09.22

ATA N.º 27/26

FL. N.º 114

Por último, deu nota da sua presença nas comemorações do aniversário da APDC – Associação de Promoção e Desenvolvimento de Castelões e no lançamento do livro do Senhor José Nascimento Peres, deixando uma palavra de reconhecimento pela sua dedicação à causa pública, designadamente pelo exercício, durante 24 anos, das funções de Deputado da Assembleia Municipal.---

O vereador Nelson Martins começou por saudar todos os junqueirenses, destacou ainda os 25 anos ao serviço da Paróquia, celebrados pelo Padre Araújo sublinhando o papel fundamental que desempenha nestas comunidades, sendo muitas vezes, o elo de ligação entre as pessoas e as instituições. Terminou parabenizando o Sr. Presidente pelo seu aniversário. -----

O vereador Vítor Tavares saudou os junqueirenses e parabenizou o Sr. Presidente pelo seu aniversário.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira desejou felicidades pelo seu aniversário e muita saúde ao Sr. Presidente. Seguidamente destacou a aposta do executivo nas atividades interculturais em parceria com a comunidade, desejando que cumpram o propósito de desenvolver o concelho.-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares congratulou-se com as iniciativas desenvolvidas no concelho, destacando, em particular, a atividade das associações e a realização da Festa da Freguesia de Junqueira, enaltecendo o trabalho da Comissão de Festas e dos Mordomos na preservação desta tradição e na dinamização do movimento associativo.-----

Relativamente à não aprovação da alteração permutativa na sessão da Assembleia Municipal, esclareceu que a mesma resultou de divergências quanto às opções políticas adotadas, não colocando em causa o mérito das medidas previstas. Referiu ainda, a alteração de compromissos anteriormente assumidos relativamente às verbas em causa e manifestou surpresa perante a necessidade de reforço das dotações destinadas à rede de água e saneamento, uma vez que,

2026.09.22

aquando da aprovação do empréstimo, tinha sido assegurado que as necessidades se encontravam acauteladas.-----

O Sr. Presidente deu nota da satisfação que sentia pela dinâmica cultural, associativa e religiosa existente no concelho, destacando que o papel desempenhado pela Câmara Municipal, tem sido uma aposta clara na atividade cultural, por considerar que o investimento na cultura é também um investimento nas pessoas, no crescimento e no desenvolvimento intelectual de todos os valecambrenses.-----

Sublinhou que o grande crescimento que o movimento associativo tem registado nos últimos anos está diretamente relacionado com o forte investimento que tem sido realizado pela Câmara Municipal, quer em termos de apoio financeiro como logístico, quer através da realização de obras, mas sobretudo, com o empenho das pessoas envolvidas no tecido associativo.-----

Dirigiu ainda uma palavra particular à Festa de São Miguel, expressando a sua gratidão à Comissão de Festas pelo trabalho realizado.-----

Relativamente à intervenção do vereador Miguel Aguiar Soares acerca da não aprovação da alteração permutativa na sessão da Assembleia Municipal, explicitou, que a Câmara Municipal tinha lançado uma empreitada para a instalação da rede de saneamento, tendo o respetivo valor sido previsto no orçamento. No entanto, após a aprovação do Orçamento Municipal, concluiu-se que seria necessário reforçar essa empreitada, incluindo também a instalação de toda a tubagem necessária para a futura ligação da rede de água. -----

Tendo esta decisão sido tomada após a aprovação do Orçamento Municipal, tornou-se necessário proceder a uma alteração orçamental, através da retirada de verbas de outras rubricas, de modo a reforçar a dotação destinada à referida empreitada.-----



Em sede de Assembleia Municipal, as bancadas do PSD e do CHEGA, entenderam não aprovar a presente alteração permutativa, facto que suscitou preocupação, uma vez que, para a Freguesia de Junqueira, estava prevista a execução da rede de saneamento, bem como a instalação da tubagem da rede de abastecimento de água. Acrescentou, que caso não seja possível assegurar o respetivo cabimento, avançar-se-á com a empreitada inicialmente prevista, exclusivamente para a execução da rede de saneamento, ficando os trabalhos complementares excluídos.-----

Terminou dizendo que, mau grado este resultado, acredita que o ponto poderá ser validado numa próxima Assembleia Municipal, permitindo que a totalidade dos trabalhos possa avançar.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares respondeu que, se tudo for devidamente esclarecido e se as decisões que foram sendo tomadas já contemplavam esse reforço, nomeadamente através da contratação do empréstimo no valor de dois milhões e trezentos mil euros, poderá ser alcançado um consenso.-----

Acrescentou que a não aprovação do ponto na Assembleia Municipal resultou, essencialmente, da dificuldade manifesta em explicar, de forma clara e objetiva, aquilo que estava a ser feito.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO (CNCM-AQ/105/2024) - ABERTURA DE PROCEDIMENTO;-----

--- Processo Medidata N.º 25569/26 ---

Transcreve-se a informação técnica de 11/09/2026, subscrita pelo chefe da DFP, Rui Valente e pelo técnico superior Luís Marques:-----

“Considerando,-----

2026.09.22

1. A necessidade de abertura de novo procedimento de Fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre, sendo estes considerados como serviços essenciais de fornecimento de energia elétrica, nos termos e para os efeitos da Lei 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 2 de junho, 6/2011, de 10 março, 44/2011, de 22 de junho e 10/2013, de 28 de janeiro e demais legislação aplicável.-----

2. Os timings processuais com a elaboração de procedimentos desta natureza;----

3. A existência de Acordo Quadro (AQ-105/2024) efetuado pela Central Nacional de Compras Municipais (CONNECT) à qual o Município de Vale de Cambra pertence e é aderente.-----

4. Que o contrato produzirá efeitos em relação a cada um dos pontos de consumo, individualmente considerados, na data em que se iniciar o respetivo fornecimento extinguindo-se ao fim de 36 meses.-----

5. O valor estimado do procedimento para o período acima referenciado, ser de 6.000.000,00 €, sendo a verba distribuída também de forma estimada, do seguinte modo:-----

- 2026 – 100.000,00 €-----
- 2027 – 2.000.000,00 €;-----
- 2028 - 2.000.000,00 €;-----
- 2029 – 1.900.000,00 €-----

Aos valores acima referenciados, acresce IVA à taxa legal em vigor;-----

6. A despesa com a presente aquisição de serviços será satisfeita pelas seguintes rubricas orçamentais:-----

- EINE - 02/02020102 – 2023/A/1-----
- OD21 - 02/0602030502 – 2023/A/1-----



Face ao exposto, se assim superiormente for entendido e tendo em consideração os limites para autorização de despesa pelo Presidente, a presente informação deverá ser remetida à Câmara Municipal para:-----

- Abertura de procedimento por Ajuste Direto, para a aquisição (acima referenciada), ao abrigo da alínea e), do n.º1, do artº 26º, conjugado com o artº 257 e seguintes do Código da Contratação Pública (CCP), referente aos Lotes 1 e 2 do Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CONNECT) – CNCM – AQ/105/2024-----
- Aprovação das peças procedimentais em anexo à presente informação.

O fato de se tratar de um compromisso plurianual com encargos orçamentais em mais de um ano económico, reflete-se na inclusão das rubricas necessárias nas grandes opções do plano a apresentar em 2026 para vigorar nos anos 2027 e seguintes.”-----

Proposta de cabimento n.º 5480/26 – 100.000,00 €-----

O vereador Vítor Tavares perguntou se o que estava em causa era o fornecedor ou o comercializador, tendo o vereador Nelson Martins respondido que se tratava do comercializador.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares, considerando não estar a informação clara, questionou se os 100 mil euros inscritos para 2026, seriam suficientes. Sublinhou ainda que estas verbas devem ser corretamente inscritas no orçamento municipal, por forma a evitar surpresas e a necessidade de alterações modificativas.-----

O vereador Nelson Martins pediu a palavra para reforçar a sua concordância, dizendo entender, que por vezes possa existir essa necessidade, e que neste caso em concreto, há vários fatores a ter em conta e que, embora não possa garantir que a verba chegue até 31 de dezembro de 2029, pois cada vez há mais pedidos, assegura que, no que diz respeito a 2026, o valor será suficiente.

2026.09.22

Termina dizendo que a regra tem sido, abrir um novo procedimento sempre que o que está em vigor esteja prestes a terminar. -----

O Sr. Presidente explicitou que tinha sido realizada uma estimativa e que a verba prevista para 2026, conjuntamente com o saldo existente no orçamento, será suficiente.-----

Acrescentou ainda que o vereador Nelson Martins, a quem dirigiu uma palavra de apreço, tem vindo a realizar um levantamento integral de todos os consumos energéticos do concelho, suportados pela Câmara Municipal, com o objetivo não só de os apurar, mas também de identificar medidas que permitam reduzir esses consumos.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento por ajuste direto para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal, para a aquisição de energia referente aos lotes 1 e 2 do Acordo Quadro, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CONNECT) – CNCM – AQ/105/2024 de acordo com alínea e), do nº1, do artº 26º, conjugado com o artº 257 e seguintes do Código da Contratação Pública (CCP) bem como, a aprovação das peças procedimentais, nos exatos termos e condições das informações prestadas no processo.-----

2 – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 508 – ARÕES - PEDIDO DE TRANSPORTE;-----

--- Processo Medidata N.º 27291/26 ---

Transcreve-se a informação de 15/09/2026, prestada pela técnica superior Patrícia Leite e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira;-----

“O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 508 (Arões), solicita o apoio da Câmara Municipal, ao abrigo do regulamento dos Transportes, para a deslocação a Fátima, no âmbito da Peregrinação Nacional de Escutas no Santuário de Fátima, no próximo dia 27 de Setembro.-----



Após receção do pedido de apoio para a disponibilização de transporte, informamos que o pedido abaixo descrito se enquadra no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, "Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às Instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal". Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como para o cumprimento dos seus planos de atividade (...) -----

Entidade	Data	Deslocação	Valor
CNE – Agrupamento 508 - Arões	27 de setembro	Santuário de Fátima	730,00€ + IVA

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do Anexo 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição do apoio solicitado." -----

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal dispõe de um procedimento para a cedência de transporte às associações, a qual será assegurada sempre que as respetivas atividades sejam consideradas relevantes para a promoção da freguesia e do concelho. Nos restantes casos, designadamente passeios lúdicos, festas ou iniciativas similares, o apoio será prestado através de outras formas.-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares reiterou o entendimento da sua bancada de que as associações e organizações da sociedade civil, que contribuam para o desenvolvimento da comunidade, merecem o apoio da Câmara Municipal, manifestando a sua concordância com a aprovação do ponto.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte ao Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 508 - Arões para

2026.09.22

deslocação ao Santuário de Fátima no dia 27/09/2026 e nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

3 – DOAÇÃO DE CHAPÉU PANAMÁ FEITA PELA COLEP PACKAGING NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ANO LETIVO 2026/2027;-----

--- Processo Medidata N.º 26519/26 ---

Transcreve-se a informação de 08/09/2026, da técnica superior da DASE Sandrina Valente e corroborada pela chefe da DASE Paula Ferreira:-----

“Após contactos prévios e de acordo com comunicação da empresa Colep Packaging, essa empresa continuará, no ano letivo 2026/2027, a apoiar iniciativas que promovam melhores condições para a nossa comunidade educativa, com especial enfoque nas crianças que frequentam o ensino pré-escolar (idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos).-----

Neste sentido, a Colep Packaging propôs oferecer um total de 460 panamás, que serão distribuídos pelas crianças do ensino pré-escolar do concelho.-----

Esta ação insere-se no compromisso contínuo da Colep Packaging em colaborar ativamente com a comunidade local e contribuir para o bem-estar e desenvolvimento das futuras gerações.-----

Salvo melhor opinião, a aceitação desta oferta enquadrar-se-á na alínea j) do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que tal será da competência da Câmara Municipal.”-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares agradeceu à COLEP, em nome de todos os que apoiaram a sua bancada, a oferta realizada no âmbito da sua responsabilidade social, enaltecendo o seu exemplo e deixando um voto de louvor e congratulação pela iniciativa.-----

O Vereador Nelson Martins associou-se às palavras do Vereador Miguel Aguiar Soares, enaltecendo a empresa pelo apoio prestado à comunidade onde está inserida.-----



O Senhor Presidente agradeceu à COLEP e às demais grandes empresas do concelho que assumem, de forma cada vez mais robusta, a sua responsabilidade social, através do apoio a associações, escolas e outras instituições da comunidade.-----

O Vereador Vítor Tavares informou que o Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo foi contemplado com um apoio de 250.000 euros da Fundação Ilídio Pinho, destinado a obras na sua sede social.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e ao abrigo da alínea j) do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações, **aceitar e agradecer** à Colep Packaging, a doação de 460 panamás, para as crianças do ensino pré-escolar do município, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo. -----

4 – APROVAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA AMPLIAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS RESIDUAIS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA, BEM COMO DA RESPECTIVA MINUTA;-----

--- Processo Medidata N.º 24806/26 ---

No seguimento da reunião de 25/08/2026 em que foi deliberado a intenção de contratar como entidade financiadora do empréstimo, para ampliação de redes de águas residuais e abastecimento de água, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Santa Maria C.R.L, e terminado o período de audiência prévia sem qualquer contributo, conforme informação do chefe da DFP, Rui Valente, solicita este a continuação do procedimento conforme sua informação de 18/08/2026.-----

O Vereador Miguel Aguiar Soares sublinhou que a população de Junqueira deveria ficar tranquila, uma vez que o empréstimo aprovado e validado pelo Tribunal de Contas, se destina a assegurar o pagamento das componentes não financiadas da obra de ampliação das redes de águas residuais, saneamento e

2026.09.22

abastecimento de água, garantindo a execução das duas redes, nos termos contratados.-----

O Senhor Presidente esclareceu que, em momento algum afirmou não existir verba para a execução da obra, tendo apenas alertado para o facto de, sem a respetiva alteração orçamental, a operação não se concretizar por essa razão e não por falta de verba.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, o pedido **de autorização** para contrair, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, um empréstimo de longo prazo a 20 anos, até ao limite de 2.332.000,00 € (dois milhões trezentos e trinta e dois mil euros), a afetar ao pagamento das componentes não financiadas da obra de ampliação de redes de águas residuais e abastecimento de água, bem como a aprovação da respetiva minuta, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.

5 – DOAÇÕES DE VÁRIAS PEÇAS AO MUSEU MUNICIPAL, EFETUADA POR VÁRIAS ENTIDADES;-----

--- Processo Medidata N.º 26374/26 ---

Transcreve-se a informação de 04/09/2026 prestada pela Técnica Superior Cláudia Alves, vista pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

Para conhecimento e devidos efeitos, informo que foram doadas ao Museu Municipal de Vale de Cambra as seguintes peças:-----

Doação de Isaura Graciosa de Almeida Correia:-----

- Púcaro com tampa em barro negro;-----
- Pote de mesa pequeno em barro negro;-----

Doação de Joaquim Soares de Almeida;-----

- Motor estático/industrial Villiers (UK), modelo MK 25, com o número de série B4B9106.-----

Doação de Bel Portugal – Fromageries Bel Portugal. S. A.:-----



- 1 Embaladora Termomodeladora "ULMA Pacific" - Fabricante/Modelo: ULMA Packaging – Pacific LS, com o número de série 13100027.-----

Doação de Miguel Castro:-----

- 1 Cartão de identificação de funcionário (Martins & Rebello)*;-----
- 1 Caixa pequena de queijo creme (Martins & Rebello)*;-----
- 6 Boletins de camionagem – Serviço de Transporte (Martins & Rebello)*- -
- 9 Livretes individuais de controlo para trabalhadores (Martins & Rebello)*;
- 1 Cópia impressa do livro de receitas de "cosinha" e doce de Alzira de Oliveira Martins (Solar de Coelhosa).-----

* Objetos pertencentes a Tomás António Martins de Castro – ex-funcionário (motorista) da empresa Martins & Rebello.-----

Doação de José António Abrantes Soares de Almeida:-----

- 2 Amostras de chapa de ferro (70x40 cm e 20x10cm);-----
- 2 Amostras de chapa de alumínio (70x40 cm e 20x10cm);-----
- 2 Amostras de chapa de aço inoxidável (70x40 cm e 20x10cm).-----

Doação de Almeida & Freitas:-----

- 5 Amostras de folha de flandres (3 sem litografia e 2 com litografia);-----
- 1 Lata em folha de flandres completa e litografada;-----
- 10 Latas diversas incompletas (amostras com e sem litografia);-----
- 8 Latas diversas litografadas com tampa;-----
- 3 Tampas (amostras);-----
- 1 Rolha vedante (amostra);-----
- 2 Sacos de papel Kraft (pequeno e médio) com autocolante Almeida & Freitas;-----
- 2 Caixas em cartão (pequena e média) com impressão do logótipo da empresa Almeida & Freitas.-----

Doação de Godinho & Irmãs:-----

2026.09.22

• 4 Amostras de madeira (2 médias e 2 pequenas).-----

Para que passem a integrar o acervo documental interno do Museu e, posteriormente sejam remetidos os ofícios de agradecimento pelas generosas doações efetuadas, compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea j) do n.º1 do art.º 33 da lei 75/2013 de 12 de setembro, aceitar doações, legados e heranças a benefício de Inventário.-----

A vereadora Mónica Seixas deu nota de que o Museu Municipal tem recebido doações quer de particulares, quer de empresas e salientou haver uma grande vontade em cooperar, sobretudo após terem conhecimento de que o Município iria criar o Museu dos Laticínios e da Indústria que foi alvo de candidatura a financiamento. Referiu que muitas vezes não é a própria pessoa que vem entregar as doações, pelo que, só mais tarde é assinada a respetiva documentação, sendo por isso que estas são só posteriormente objeto de aceitação em reunião de Câmara.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares agradeceu as ofertas e perguntou a quem se destinavam, se à Câmara Municipal, ao Museu Municipal ou se teriam como objetivo integrar o Museu a edificar na antiga fábrica Martins & Rebello, questionando também qual era o ponto de situação do processo da mesma.-----

A vereadora Mónica Seixas respondeu que alguns dos objetos doados já fazem parte de uma exposição temporária sobre a História da Indústria, que está patente no Museu Municipal em Macieira de Cambra.-----

O Sr. Presidente relativamente ao ponto de situação do projeto para as instalações da Martins & Rebello, disse que devido às verbas envolvidas, têm sido solicitados vários esclarecimentos e informação complementar por parte da Área Metropolitana do Porto, tendo sido inclusive pedido um estudo de viabilidade financeira a 30 anos.-----



O Vereador Miguel Aguiar Soares considerou ser este estudo muito importante, na medida em que permitirá avaliar a sustentabilidade do projeto. Perguntou ainda qual seria a entidade que iria proceder à elaboração do estudo, alertando para a importância de definir rigorosamente qual a tendência de evolução demográfica que iria servir de base ao estudo, de modo a que os resultados sejam o mais fidedignos possível. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aceitar e agradecer às entidades doadoras as respetivas peças, ao abrigo da alínea J) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, nos exatos termos e condições das informações prestadas no processo.-----

Ausentaram-se os vereadores Miguel Aguiar Soares e Sérgio Soares.-----

6 – CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE NA CATEGORIA ENTRE ÓRGÃOS OU SERVIÇOS – BRUNO MANUEL ALMEIDA CORTES;-----

--- Processo Medidata N.º 27230/26 ---

Transcreve-se a informação de 16/09/2026, do chefe da DAJRH Sérgio Almeida:-

Nos termos e condições constantes da informação técnica de 15/09/2026, emito parecer favorável à consolidação da mobilidade em apreço, tendo em consideração o desempenho demonstrado pelo trabalhador no exercício das funções que lhe foram cometidas, bem como a sua elevada capacidade de trabalho em equipa, verificando-se que as referidas funções exercidas correspondem a necessidades permanentes do serviço.-----

Assim, tendo presente:-----

- A informação técnica de 15/09/2026;-----

- o meu parecer, na qualidade de superior hierárquico, atrás emitido;-----

- o despacho de autorização da ULS de Entre Douro e Vouga (serviço de origem)

- E-mail de 2 de setembro de 2026;-----

2026.09.22

Considero, que se encontram preenchidos os requisitos constantes na informação técnica de 15/09/2026, pelo que, a pretensão apresentada, ou seja, a consolidação da mobilidade, poderá ser objeto de deferimento, caso seja este o entendimento de V. Exa.-----

Mais informo que no Município de Vale de Cambra, a consolidação das mobilidades tem sido objeto de deliberação do órgão executivo.-----

Caso seja esse o V. entendimento, deverá o presente processo ser remetido ao Exmo. Sr. Presidente, para efeitos de agendamento em reunião da Câmara Municipal.-----

A Câmara Municipal deliberou, unanimidade dos cinco membros presentes, aprovar a proposta da consolidação da mobilidade do trabalhador Bruno Manuel Almeida Cortes, entre Órgãos ou Serviços, na categoria de Assistente Técnico, de acordo com o parecer favorável e nos exatos termos e condições das informações prestadas pelo chefe da DAJRH Sérgio Almeida.-----

Regressou o vereador Sérgio Soares e ausentou-se a vereadora Mónica Seixas-----

7 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA;

--- Processo Medidata N.º 26342/26 ---

Pelo Sr. Presidente é apresentada a proposta seguinte: -----

“Considerando que:-----

Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente no domínio da proteção civil, conforme estipula a alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

O Município de Vale de Cambra não se encontra dotado de um corpo de bombeiros profissionais próprio que assegure, nos termos da Lei de Bases da



Proteção Civil, as missões de socorro, salvamento e proteção de pessoas e bens em situações de acidente grave ou catástrofe;-----

Este serviço público tem vindo a ser assegurado, com total prontidão, dedicação e disponibilidade, pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra;-----

O plano Municipal de Proteção Civil atribui formalmente à referida Associação Humanitária as competências específicas e críticas de socorro, busca e salvamento, incluindo a extinção de incêndios, escoramento de estruturas, resgate, desencarceramento de pessoas, contenção de fugas e derrames de produtos perigosos;-----

Todas as funções são desenvolvidas no estrito interesse municipal e em prol da segurança, bem-estar e salvaguarda da comunidade local;-----

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, os termos do disposto na alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

Aprovar a atribuição de um apoio financeiro, para o corrente ano, no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, destinado a apoiar os encargos financeiros decorrentes da sua atividade de socorro e proteção civil no Município."-----

Proposta de cabimento n.º 2466/26 – 50.000,00 €-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos cinco membros presentes, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), nos exatos termos e condições e demais informações constantes no processo.-----

2026.09.22

Regressou à reunião a vereadora Mónica Seixas.-----

8 - BANCO SOLIDÁRIO -TRANSFERÊNCIA DE VERBAS;-----

--- Processo Medidata N.º 26613/26 ---

“A coordenação do Banco Solidário encontra-se atualmente assegurada pela Delegação de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa. No âmbito desta resposta social, encontram-se disponíveis verbas provenientes da Andry & Philippe, associadas à recolha de roupa, brinquedos e calçado, cuja transferência para a entidade coordenadora deverá ser autorizada pela Câmara Municipal, à semelhança do procedimento adotado anteriormente.”-----

O montante disponível ascende a 2.188,80 €, conforme confirmação constante do processo.”-----

Em articulação com as equipas do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social — SAAS, foram identificadas necessidades ao nível da disponibilização de equipamentos, utensílios e outros bens não alimentares essenciais a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica.”-----

Esta necessidade assume particular relevância para as famílias que vão integrar respostas habitacionais no âmbito do 1.º Direito, atendendo a que algumas carecem de bens essenciais ao adequado apetrechamento das respetivas habitações. A utilização da verba disponível permitirá, assim, reforçar a capacidade de resposta e um apoio mais adequado às famílias acompanhadas pelos serviços sociais.”-----

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social e outras de interesse para o município, pelo que se propõe que a Câmara Municipal delibere autorizar a transferência do montante de 2.188,80 € para a Delegação de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa, enquanto entidade responsável



pela coordenação do Banco Solidário, destinando-se esta verba à aquisição de bens não alimentares essenciais.”-----

A vereadora Mónica Seixas informou que uma vez que o valor tem sido sempre destinado ao apoio às famílias, este ano tendo-se verificado que algumas das famílias que irão ocupar as habitações sociais, não têm condições financeiras para as equipar, a verba será destinada a esse fim.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira considerou, que tendo em conta que o Banco Solidário atua junto de toda a comunidade desfavorecida, é muito limitador circunscrever esta verba exclusivamente às pessoas que irão beneficiar do Programa 1.º Direito, pois costuma ser distribuída por todas as famílias.-----

A vereadora Mónica Seixas disse compreender a perspetiva apresentada, acrescentando que a verba não é distribuída por todas as famílias, mas apenas por aquelas que, após avaliação técnica realizada pelos serviços de Ação Social ao universo de famílias apoiadas, se conclua necessitarem efetivamente de apoio imediato. Nesse âmbito, verificou-se que algumas das famílias que irão integrar as habitações sociais se encontram nessas circunstâncias.-----

A Câmara Municipal, com a abstenção da vereadora do PPD/PSD, Mafalda Sofia Ferreira, deliberou por maioria dos seis membros presentes, autorizar a transferência de 2.188,80 € (dois mil cento e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos), para a Delegação de Vale de Cambra da Cruz Vermelha Portuguesa, enquanto entidade responsável pela coordenação do Banco Solidário, destinando-se esta verba à aquisição de bens não alimentares essenciais.-----

Regressou o vereador Miguel Aguiar Soares.-----

9 - INFORMAÇÕES DIVERSAS:-----

O Senhor Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, prestou as seguintes informações:-----

2026.09.22

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 03/09/2026 a 16/09/2026, no valor líquido total 1.039.202,46€ (um milhão, trinta e nove mil duzentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos).-----

- Listagem de processos de Obras Particulares, deferidos por despacho do vereador, Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Reunião pública em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, aplicando-se o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo, tendo sido, de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, feita a publicitação por Edital no site do Município e Plataforma SAM, bem como, no placar dos Paços do Concelho e das Juntas de Freguesia).

Do público presente, registaram-se quatro intervenções, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos:

1.ª Inscrição: -----

- Rui Costa:

Referiu que a sua presença se devia à falta de resposta aos requerimentos anteriormente apresentados, salientando que não pretendia repetir o que já havia exposto em reuniões anteriores, uma vez que estava em causa o cumprimento da lei. Reforçou que se encontrava a exercer o seu direito, ao abrigo da Lei n.º 26/2016 e manifestou a expectativa de que a Dra. Elsa Veloso estivesse presente para esclarecer os critérios aplicáveis em matéria de proteção de dados.-----

Questionou a existência de diferentes critérios na disponibilização de informação, referindo que num dos processos, conseguia consultar as datas, enquanto noutros, estas se encontravam totalmente ocultadas, o que, segundo afirmou, não lhe permitia sequer elaborar um diagrama cronológico. Considerou a situação grave, por estar em causa o licenciamento de um edifício, relativamente ao qual entendia poderem ter ocorrido irregularidades. Acrescentou que, enquanto cidadão, embora a lei lhe permitisse apresentar uma participação sobre a situação, não dispunha dos elementos necessários para o fazer, em virtude da ocultação, pelo Município, dos dados que lhe permitiriam compreender o processo.-----



Reportou ainda, a falta de iluminação na passadeira situada junto ao hospital, referindo que a situação se mantinha há cinco ou seis meses e que poderia originar acidentes.-----

O Sr. Presidente, relativamente às informações técnicas, esclareceu que remetia ao munícipe os elementos que lhe eram facultados pelos serviços técnicos. Face à informação de que apenas havia sido dada resposta a dois dos quatro pedidos apresentados, informou ter reportado a situação à respetiva divisão, solicitando que fossem respondidos os restantes.-----

Informou igualmente, ter solicitado ao Chefe de Gabinete a marcação de uma reunião com a Dra. Elsa Veloso, o Eng.º Rui Costa e, eventualmente, o Chefe de Gabinete. Considerou que, atendendo à especificidade da matéria, seria mais adequado proceder à sua análise em reunião própria, de forma a permitir o esclarecimento da informação pretendida.-----

Concluiu, assumindo o compromisso de agendar, com a Dra. Elsa Veloso, uma reunião destinada à análise da questão relacionada com a proteção de dados, e informou que a situação relativa à iluminação da passadeira, já tinha sido reportada. -----

2.ª Inscrição: -----

- Filipe Daniel Correia Tavares:

Referiu que, na sequência da reunião realizada nas instalações da sua empresa, pretendia saber se havia algum desenvolvimento relativamente aos acessos à Zona industrial, e tendo tomado conhecimento de que iria avançar a obra da Alameda da Sra. da Saúde, questionou se estaria prevista alguma ligação a partir daquela via. -----

O Sr. Presidente respondeu que têm o compromisso de avançar com a Alameda da Sra. da Saúde estando-se a analisar de que forma se irá avançar com a candidatura e com o projeto. Disse ainda, que tem a expectativa de que se consiga integrar no projeto a eventual execução da via de ligação da Felgueira à Zona Industrial da Calvela e da Calvela à Chã. -----

Informou que, relativamente aos acessos à parte alta do concelho, tinha reunido com o Senhor Ministro das Infraestruturas, que assumira o compromisso de se deslocar a Vale de Cambra, o que não se concretizou. Referiu ainda a realização de uma reunião com a IP, na qual foram abordadas a ligação de Lordelo/Codal à A32 e a melhoria da EN 227, nomeadamente na reta e ponte de Cepelos.-----

Acrescentou que o Senhor Ministro tinha indicado a realização, pela IP, de um estudo de tráfego e procura, com vista a avaliar a necessidade de uma eventual requalificação da via. Informou que em agosto tinha remetido um novo ofício ao Ministério, solicitando informação sobre o ponto de situação, e reiterado o convite para uma deslocação ao local, não tendo, até à data obtido resposta.-----

Esclareceu, por fim, que uma eventual intervenção deverá ser analisada de forma global, abrangendo toda a via e não apenas a ponte de Cepelos, encontrando-se o Município a aguardar informação do Ministério e da IP sobre o estudo e os respetivos desenvolvimentos.-----

No uso da palavra o vereador Miguel Aguiar Soares referiu que as acessibilidades constituíam uma preocupação da sua bancada, manifestando o seu apoio à construção da Alameda da Senhora da Saúde e congratulando-se com o voto contra, à alteração permutativa não aprovada na Assembleia Municipal, por salvaguardar a respetiva dotação orçamental. Informou ainda que a sua bancada iria desenvolver esforços para promover a deslocação do Senhor Ministro das Infraestruturas a Vale de Cambra.-----

3.ª Inscrição: -----

- José Rodrigues:

Colocou diversas questões, nomeadamente sobre as condições das instalações da Escola de Música da Banda Junqueirense, questionando a existência de um plano de intervenção.-----

Manifestou preocupação com a redução do número de alunos no CEAJ e com o eventual risco de encerramento da escola, questionando a existência de estudos ou soluções que permitam a sua manutenção, incluindo a possibilidade de desenvolvimento de um projeto diferenciador no âmbito da reorganização dos 1.º e 2.º ciclos.-----

Questionou também a possibilidade de o transporte público, que atualmente serve Junqueira de Baixo, passar a efetuar o percurso por Pontemieiro, por considerar esta solução mais segura.-----

Questionou a existência de um gabinete de apoio às candidaturas a fundos comunitários, acessível às juntas de freguesia, associações e empresas locais.-----

Relativamente à água e ao saneamento, questionou a possibilidade de serem estudadas soluções alternativas para os lugares onde a extensão das redes convencionais se revele mais difícil ou demorada.-----



2026.09.22

ATA Nº 27 / 26

FL Nº 124

Por fim, formulou o convite para que o Encontro de Teatro Amador volte a realizar-se na freguesia de Junqueira no próximo ano, manifestando a disponibilidade para o acolher. -----

O Sr. Presidente, relativamente à Escola de Música da Banda Junqueira, informou que havia reunido com o Presidente da Banda, tendo tomado conhecimento de algumas questões relacionadas com a gestão do edifício, nomeadamente o facto de este integrar espaços anteriormente afetos à escola primária e ao pré-escolar. Referiu que o protocolo existente entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia abrange apenas uma das escolas, dificultando a definição das responsabilidades e a gestão das despesas.-----

Salientou como principal preocupação o facto de existirem infiltrações no edifício, sobretudo na zona onde funciona o pré-escolar, acrescentando que o espaço passará também a ser utilizado pelo Grupo de Caçadores, o que levanta questões quanto à repartição das despesas. Informou que já havia solicitado à Junta de Freguesia o respetivo protocolo, com vista a clarificar as competências de cada entidade.-----

Referiu ainda que a Câmara Municipal está disponível para avaliar a situação e apurar as responsabilidades de cada entidade, reconhecendo, contudo, as atuais limitações dos serviços municipais, bem como as dificuldades inerentes à contratação externa de trabalhadores especializados e aos respetivos procedimentos de contratação pública.-----

Quanto ao CEAJ, referiu tratar-se de uma situação que preocupa a Câmara Municipal, manifestando abertura para encontrar soluções que permitam dinamizar aquelas instalações. Informou que havia sido assegurada pelo anterior Diretor do Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social a instalação de uma creche naquele espaço, destinada a servir a população de Junqueira e Arões e algumas freguesias de Sever do Vouga.-----

Acrescentou, que na sequência da alteração da Direção do Centro Distrital, não foi possível obter novas informações sobre o processo, apesar de ter sido solicitada, com carácter de urgência, uma reunião com o novo Diretor. Concluiu, salientando que a resolução de algumas situações depende de entidades externas, não estando, por isso, exclusivamente na esfera de competência da Câmara Municipal.-----

Em relação à possibilidade de alteração do percurso que passa em Junqueira de Baixo ir até Pontemieiro, teria de ser falado informalmente com o operador, apelando à sua sensibilidade, porque as operadoras não têm de prestar serviço

em localidades ou lugares com menos de 40 habitantes. No entanto como o transporte ainda não está totalmente ajustado poderá ser possível essa alteração. Sublinhou não ser possível contratar um serviço de transporte especificamente para o concelho de vale de Cambra, pois o operador é um só a prestar serviço aos 17 municípios da área metropolitana do porto, tendo-se no entanto conseguido um transporte para cada freguesia e um transporte urbano para fazer o circuito dentro de Vale de Cambra.-----

Relativamente à situação da água e do saneamento, referiu que esta constitui uma preocupação do Executivo Municipal, salientando que seria desejável que estes serviços pudessem abranger todo o concelho, em particular as populações que deles ainda não dispõem.-----

Sublinhou que o Executivo é o principal interessado em encontrar soluções para garantir a cobertura destes serviços, mas que existem limitações que impedem a sua concretização imediata em todo o território. Informou por isso, que estão a ser analisadas soluções alternativas para os locais onde poderá revelar-se mais difícil assegurar o abastecimento de água, designadamente a possibilidade de criar um sistema de armazenamento e posterior distribuição, eventualmente recorrendo ao aproveitamento das fontes naturais existentes, cuja viabilidade deverá ser previamente avaliada.-----

Relativamente aos fundos comunitários, informou que o atual Gabinete de Apoio ao Empresário está sobretudo vocacionado para o apoio às empresas, estando prevista a criação da Casa da Juventude e do Associativismo, na antiga Quinta do Ribeiro, que poderá reforçar o apoio a associações, empresas, juntas de freguesia e particulares, na procura e preparação de candidaturas.-----

Em relação ao ENTRAÍ, a **Vereadora Mónica Seixas** referiu que as companhias de teatro amador têm apresentado peças com crescentes exigências técnicas, o que tem dificultado a sua adaptação aos equipamentos disponíveis. Salientou contudo, que a existência do Centro Escolar de Arões/Junqueira permite dispor de melhores condições para acolher estes espetáculos, manifestando a intenção de trazer de volta a Junqueira o Festival ENTRAÍ.-----

O **Vereador Nelson Martins** referiu que o Executivo está sensível à situação do Centro Escolar de Arões e Junqueira, pretendendo dinamizar aquele espaço, tendo já sido desenvolvidos anteriormente alguns projetos que não chegaram a concretizar-se. Relativamente aos transportes, informou que a paragem de Pontemieiro será devidamente analisada, acrescentando que está a ser



preparada uma candidatura para a instalação de abrigos, paragens e painéis informativos em todo o concelho.-----

4.ª Inscrição: -----

- Joaquim Ramos:

Questionou quais os investimentos previstos para a freguesia de Junqueira em 2026/2027, tendo em conta a redução da população e a necessidade de criar incentivos à sua fixação.-----

Sublinhou a importância de articular as intervenções em água, saneamento e comunicações, evitando custos e intervenções duplicadas, e questionou ainda sobre a possibilidade de apostar na produção de energia própria e sobre a gestão dos recursos hídricos.-----

No âmbito da proteção civil, alertou para o risco associado a árvores secas junto às vias públicas, nomeadamente nas zonas do Arestal e da Póvoa, bem como para a presença da vespa-asiática. Questionou, por fim, sobre as medidas previstas relativamente à sinalização rodoviária, lombas e controlo de velocidade em zonas de maior risco.-----

O Senhor Presidente referiu que a intervenção apresentada mais do que questões, refletia dificuldades e problemas identificados na freguesia, que serão certamente partilhados por muitos dos seus habitantes.-----

Quanto aos investimentos previstos para Junqueira, destacou como principais prioridades o investimento na rede de saneamento e o reforço da rede de abastecimento de água, bem como a melhoria das vias e acessos à freguesia. Salientou que a definição das restantes intervenções deverá ser articulada com a Junta de Freguesia, tendo em conta as prioridades identificadas e os projetos que possam contribuir para o desenvolvimento da freguesia.-----

Informou ainda que foi celebrado um contrato com uma operadora de telecomunicações para Junqueira, Arões e Cepelos.-----

No âmbito da proteção civil, referiu as ações de limpeza e abertura de caminhos florestais, salientando o investimento municipal em viaturas e equipamentos. Quanto à sinalização e segurança rodoviária, esclareceu que as intervenções são definidas com base em estudos dos serviços de Mobilidade e Trânsito e da Proteção Civil.-----

2026.09.22

Referiu ainda que está a ser ponderada a aplicação de uma discriminação positiva do IMI para as freguesias da zona mais alta do concelho.-----

Relativamente à vespa-asiática, informou que o Município dispõe de uma equipa que procede à eliminação dos ninhos, tendo a sua atuação passado a ser diária face ao aumento da incidência desta praga.-----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos sete membros presentes, **aprovar em minuta**, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, todas as deliberações tomadas na presente reunião tendo em conta os documentos que constam dos processos Medidata referidos nos respetivos pontos, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada numa próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo 10 horas e trinta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Cristina Capelo, que a redigiu.-----





